Edição 6

22/11/2026

Kalelpost

Informação que te leva à verdade

ENCONTRO HISTÓRICO

Os presidentes da China, da Rússia e dos Estados Unidos se reuniram trilateralmente pela primeira vez na última quinta-feira, 19 de novembro.
A reunião histórica reafirma posições importantes dos líderes globais frente aos desafios do mundo.
Guerras, armamento nuclear e inteligência artificial foram temas discutidos na pauta durante a 1h30 de encontro.
A analista May Ling Parker traz, em sua coluna nesta edição da *Kalelpost*, um pouco mais sobre como foi esse momento e o que esperar dele.



Foto / Reprodução - Presidentes da China, Rússia e Estados Unidos em reunião trilateral inédita

Destaques

E mais...

Previdência: As disparidades do INSS nas concessões de benefícios entre pessoas com deficiência.
O funil da exclusão: Por que apenas 0,91% dos estudantes com deficiência visual chegam ao ensino superior no Brasil.
Economia e Política: Em meio à disparada do dólar, Lula prefere o enfrentamento e a queda de braço com o mercado.

Editorial

O ajuste fiscal de Lula e o contraste com a realidade

O debate econômico brasileiro tem sido dominado pelas discussões em torno do ajuste fiscal pretendido pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, um conjunto de medidas focado em conter o crescimento das despesas públicas e cumprir as metas estabelecidas pelo arcabouço fiscal. A proposta aprovada pelo Senado em seu texto-base prevê um impacto estimado entre 45,1 bilhões e 60 bilhões de reais para o ano de 2027, combinando um maior rigor no contingenciamento de gastos, limites para compensações tributárias e revisões em incentivos fiscais. No entanto, a recepção por parte dos analistas econômicos e dos investidores tem sido marcada por forte desconfiança. O principal diagnóstico do mercado financeiro é que o ajuste é estruturalmente insuficiente para sanar os desequilíbrios crônicos das contas públicas do país, servindo muito mais como um alívio orçamentário de curto prazo do que como uma solução definitiva para estancar a trajetória de alta da dívida bruta. Um dos motivos centrais para esse ceticismo reside na constatação de que o volume de recursos economizados pelas medidas atuais está distante de neutralizar a pressão exercida pelas despesas obrigatórias, como a previdência, os pisos constitucionais da saúde e da educação e os gastos decorrentes de reajustes reais de benefícios atrelados ao salário mínimo.

Modelos econométricos de instituições financeiras apontam que, mesmo com o cumprimento integral do pacote, a dívida pública continuará em patamares elevados por longos períodos, o que mantém o prêmio de risco do Brasil em níveis altos. Outro fator que alimenta a reticência dos investidores é a fragilidade política enfrentada pelo governo para blindar as propostas contra resistências no Congresso Nacional. Enquanto alas governistas e parlamentares de esquerda criticam o pacote sob o argumento de que os cortes afetam investimentos estratégicos e políticas sociais, governadores e prefeitos pressionam contra o adiamento ou a redução de repasses federais previstos nas regras de compensação. Essa queda de braço legislativa resulta em negociações que frequentemente esvaziam o potencial arrecadatório ou de economia das propostas originais. Além disso, o mercado observa com preocupação a retórica de setores da base governista que buscam alternativas fora do manual ortodoxo para forçar a queda das taxas de juros ou flexibilizar metas inflacionárias, o que acaba minando a credibilidade da política monetária. Em suma, o ceticismo generalizado reflete o temor de que o ajuste fiscal do governo Lula peque pela timidez diante da gravidade do quadro macroeconômico, transferindo o ônus do ajuste para o futuro e mantendo o país vulnerável a choques externos, inflação persistente e custos de financiamento da dívida cada vez mais onerosos.

Tesouro e Banco do Brasil criam curso de capacitação para melhoria no atendimento do público PCD



Foto / Reprodução - Imagem mostra fachada de uma agência do Banco do Brasil

O Tesouro Nacional, o Banco do Brasil e a Inclusi lançaram o Programa Nacional de Inclusão Produtiva para Agentes Públicos, uma iniciativa voltada a capacitar 3 mil profissionais para identificar e eliminar barreiras enfrentadas por pessoas com deficiência no acesso a serviços, oportunidades de trabalho e participação social. Com duração de 3 anos e dividida em 3 edições anuais de mil vagas cada, a ação destina 2,7 mil vagas para servidores das esferas federal, estaduais, distrital e municipais, enquanto 300 vagas são reservadas a colaboradores do Banco do Brasil. O financiamento decorre da Portaria 808 de 2023 do Ministério da Fazenda, que direciona recursos de operações de crédito com garantia da União para melhorias na gestão pública.

O curso possui 120 horas certificadas de carga horária, estruturadas por meio da plataforma digital Hub Inclusi-On, contemplando videoaulas, materiais de apoio, videocasts, simulações, encontros mensais ao vivo e mentorias. Para obter a certificação, cada participante deve concluir pelo menos 75% do conteúdo e documentar uma prática implementada em seu ambiente de trabalho, cujos resultados serão compilados no Banco Nacional de Boas Práticas para apoiar outras instituições. As inscrições para a primeira turma seguem abertas de forma gratuita até 23 de dezembro de 2026, com início das aulas programado para 12 de janeiro de 2027.

Eleição no Senado pode ir parar na Justiça por indefinições no rito



Foto / Reprodução - Imagem mostra Plenário do Senado Federal

Por Amanda Oliveira

A disputa pelo comando do Senado Federal, marcada para o dia 1º de fevereiro de 2027, enfrenta um cenário de forte indefinição regimental que ameaça levar o processo para a Justiça. O impasse envolve o atual presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP), que tenta a reeleição, e os nomes da oposição colocados na corrida até o momento, os senadores Rogério Marinho (PL-RN) e Tereza Cristina (PP-MS). Com 3 candidaturas postas e divergências sobre as regras do pleito, parlamentares temem que os questionamentos acabem sendo decididos pelo Supremo Tribunal Federal (STF), o que poderia agravar ainda mais a crise institucional entre os 2 Poderes.

As dúvidas nos bastidores abrangem desde a possibilidade de realização de um eventual 2º turno até a definição de quem irá conduzir e arbitrar a sessão de votação. Pelo regimento interno do Senado, a presidência dos trabalhos durante a escolha da nova chefia cabe a um integrante da Mesa Diretora que ainda possua mais 4 anos de mandato — e, na ausência de alguém que cumpra esse requisito, a tarefa passa ao parlamentar mais idoso presente no plenário.

Na atual composição da Mesa, o 1º nome que preenche a exigência regimental é o próprio Davi Alcolumbre, cujo mandato vai até 2030. No entanto, por ser candidato à reeleição, ele fica impedido de presidir a sessão. Seguindo a linha sucessória do regimento, a condução do pleito recairia sobre a senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA), 3ª secretária da Mesa Diretora.

Apesar da previsão na regra interna, senadores já questionam nos bastidores se haverá respaldo político para que Ana Paula Lobato comande a votação. Caso a parlamentar decida renunciar à função de conduzir a sessão, o posto passaria automaticamente para o senador Laércio Oliveira (PP-SE), aliado de Tereza Cristina. Essa sucessão de incertezas sobre a arbitragem da disputa aumenta o risco de judicialização e alimenta o receio entre os parlamentares de que a palavra final sobre o comando do Senado fique nas mãos dos ministros do STF, a exemplo do que aconteceu em 2019, quando o caso foi judicializado.

As disparidades do INSS nas concessões de benefícios entre pessoas com deficiência



Foto / Reprodução - Pessoa com deficiência visual em meio a uma multidão de outras pessoas

Por Kaio Lima

Nos últimos 2 anos, o sistema de proteção social brasileiro tem experimentado uma transformação expressiva no perfil de concessão de benefícios assistenciais e previdenciários, especialmente no âmbito do Benefício de Prestação Continuada (BPC/LOAS) e das aposentadorias da pessoa com deficiência. Enquanto se observa uma expansão acelerada no deferimento de pedidos para pessoas diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) — impulsionada pela ampliação dos diagnósticos e pela maior conscientização social e jurídica —, cresce na mesma proporção o rigor e o índice de indeferimentos enfrentados por requerentes com deficiência visual severa, abrangendo pessoas com baixa visão acentuada ou cegueira total. Esse descompasso administrativo levanta um debate urgente sobre isonomia, critérios técnicos de avaliação e a aplicação efetiva do modelo biopsicossocial previsto na legislação brasileira.

O crescimento das concessões voltadas ao autismo reflete um avanço civilizatório importante, amparado pela Lei 12.764 de 2012, que equiparou a pessoa com TEA à pessoa com deficiência para todos os efeitos legais. Dados recentes do Censo Demográfico do IBGE apontam que o Brasil possui cerca de 2,4 milhões de pessoas diagnosticadas com autismo, representando aproximadamente 1,2% da população. Com o aprimoramento das redes de triagem infantil e a consolidação da jurisprudência dos tribunais superiores — que proíbe o INSS de negar benefícios com base apenas no nível de suporte do transtorno —, o volume de concessões para esse grupo saltou significativamente entre 2024 e 2026. Contudo, essa maior sensibilidade institucional ao diagnóstico neurológico acabou criando um contraste preocupante na prática pericial da autarquia, onde a perda grave ou total da visão passou a ser tratada sob uma régua muito mais restritiva.

Em contrapartida ao avanço observado no espectro autista, pessoas com baixa visão grave ou ausência total de visão enfrentam barreiras crescentes nas agências da Previdência Social. Mesmo diante de quadros irreversíveis de acuidade visual baixíssima, redução drástica do campo visual ou cegueira bilateral, a prática administrativa do INSS frequentemente ignora o profundo impacto funcional dessa condição no cotidiano do cidadão. Na rotina das perícias médicas, prevalece ainda uma visão estritamente biomédica e reducionista, pautada na premissa equivocada de que o indivíduo com algum resíduo visual mínimo ou que dispõe de recursos básicos de tecnologia assistiva mantém plena capacidade laborativa e autonomia, desconsiderando as enormes dificuldades de locomoção, os riscos constantes de acidentes no espaço urbano, a falta de acessibilidade nos ambientes de trabalho e o custo elevado de adaptação e reabilitação.

Essa disparidade no tratamento administrativo evidencia uma falha estrutural na aplicação da Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146 de 2015) e do Índice de Funcionalidade Brasileiro Aplicado para Fins de Aposentadoria (IFBrA).

A legislação determina que a deficiência não deve ser medida isoladamente pelo Código Internacional de Doenças (CID) ou pela análise superficial de um laudo oftalmológico, mas sim pela interação entre o impedimento de longo prazo — superior a 2 anos — e as barreiras urbanísticas, atitudinais, tecnológicas e socioeconômicas que obstruem a participação plena do indivíduo na sociedade em igualdade de condições. Além disso, teses firmadas pela Turma Nacional de Uniformização, como o Tema 378, reforçam que a avaliação deve ser obrigatoriamente biopsicossocial, exigindo a análise conjunta de médicos peritos e assistentes sociais para compreender a real vulnerabilidade enfrentada por quem não enxerga ou possui visão severamente comprometida.

Quando um grupo de pessoas com deficiência passa a obter deferimentos de forma mais célere enquanto outro — marcado por uma limitação sensorial profunda como a cegueira ou a baixa visão severa — sofre negativas sistemáticas por falhas na análise contextual, ocorre uma distorção grave do princípio constitucional da igualdade material. Não se trata de criar uma disputa entre públicos vulneráveis, pois tanto pessoas com autismo quanto pessoas com deficiência visual possuem direitos legítimos e inalienáveis à proteção social. O cerne do problema reside na inconsistência institucional do INSS, que, pressionado por metas de contenção fiscal, cruzamentos rígidos de dados no CadÚnico e revisões cadastrais intensificadas em 2025 e 2026, acaba endurecendo o crivo administrativo de forma injusta, impondo exigências desproporcionais a quem já convive com severas restrições sensoriais.

Para corrigir essa assimetria e evitar a judicialização excessiva — que onera os cofres públicos e retarda em anos o acesso de cidadãos vulneráveis a uma renda mínima de sobrevivência —, é indispensável que a Previdência Social padronize suas diretrizes periciais. A concessão de um benefício previdenciário ou assistencial não pode depender da visibilidade momentânea de uma condição clínica ou de interpretações subjetivas no balcão de atendimento, mas sim da rigorosa aplicação técnica dos critérios legais de vulnerabilidade, barreiras ambientais e restrição à participação social, garantindo dignidade equânime a todas as pessoas com deficiência no Brasil.

***Kaio Lima é Deficiente Visual, Jornalista e Programador Web. E escreve semanalmente para a Kalelpost para falar sobre os desafios da deficiência..**

Governo anuncia R$ 2 bilhões em recursos para ampliar programa Luz Para Todos em 2027



Foto / Reprodução - Imagem mostra fachada do mMinistério de Minas e Energia

Por Guilherme Kalel

O programa Luz para Todos contará com R$ 2,1 bilhões em 2027 para expandir o acesso à energia elétrica no Brasil, conforme diretrizes divulgadas pelo Ministério de Minas e Energia (MME). A portaria publicada em 17 de novembro de 2026 estabelece a meta de 73.961 novas ligações distribuídas por 15 estados ao longo do próximo ano, concentrando cerca de 95% das conexões previstas nas regiões Norte e Nordeste. No Norte, o planejamento prevê R$ 1,6 bilhão para 53.048 ligações, enquanto o Nordeste concentra R$ 479,9 milhões voltados a 17.572 atendimentos. Entre os estados com maior volume de recursos e metas na nova portaria estão o Pará, com previsão de R$ 875,6 milhões para 23.956 ligações, e o Amazonas, com R$ 490,9 milhões para 19.306 conexões. Já no Nordeste, ganham destaque a Bahia, com R$ 186,8 milhões para 6.572 ligações, e o Piauí, com R$ 156 milhões para 6.500 atendimentos.

A iniciativa avança na reta final de universalização do serviço após completar 23 anos em 11 de novembro de 2026. Desde a retomada do programa em 2023, já foram destinados R$ 12,7 bilhões à política pública, que alcançou 99,8% da população que necessita do benefício, embora ainda haja estimativa de 2025 mil unidades consumidoras a serem atendidas. Paralelamente à definição das metas para 2027, o MME mantém aberta uma consulta pública para atualizar o manual operacional do programa, recebendo contribuições pelo portal de consultas públicas do ministério e pela plataforma Brasil Participativo durante 30 dias contados a partir de 10 de novembro.

Kalelpost

Mercado livre: "Chega antes do que você imagina. Resolvido antes do que você esperava."

Sabe aquela sensação boa de pedir uma coisa e pensar: *"Será que chega a tempo?"*
Esquece. No Mercado Livre, o tempo corre no seu ritmo. Precisou daquele livro novo para o fim de semana? Do ingrediente secreto para o jantar de hoje? Ou daquele presente que você quase esqueceu de comprar?
Com a entrega mais rápida do Brasil, a gente faz o pacote chegar na sua porta antes mesmo de você terminar o café. É a logística virando mágica — ou melhor, eficiência pura, com frete grátis e a segurança que você já conhece de olhos fechados.
Porque comprar não é só receber um produto. É resolver a sua vida com um toque na tela. É dar play nos seus planos sem complicação.
Chegou no carrinho. Chegou na sua casa. Chegou o seu momento.
Abra o app, escolha o que te move e deixe o resto com a gente.
Mercado livre: O destino de quem compra, vende e resolve.

https://mercadolivre.com.br

Claro: Você merece o novo

A vida acontece em tempo real, e você não pode ficar esperando o sinal carregar. Com o ecossistema da **Claro**, você vive o melhor da tecnologia com máxima velocidade, estabilidade e praticidade.

Por que escolher a Claro?
5G+ de Verdade: Navegue com ultravelocidade onde quer que você esteja. Assista a vídeos em 4K, jogue sem travamentos e baixe arquivos pesados em segundos.
Claro Internet Fibra: A banda larga número 1 em velocidade do país. Wi-Fi potente para conectar toda a família, estudar, trabalhar e maratonar séries ao mesmo tempo, sem quedas.
Claro tv+: O melhor do entretenimento na sua tela. Filmes de cinema, séries premiadas, canais ao vivo e os principais campeonatos de futebol reunidos em um só aplicativo, na sua TV, celular ou tablet.
Claro Pós & Controle: Planos flexíveis que dão mais liberdade para você falar, navegar nos principais apps sem gastar o seu 4G e aproveitar benefícios exclusivos todos os meses.

"Seja para trabalhar, se divertir ou falar com quem você ama, a Claro conecta você ao que realmente importa."

Claro: Você merece o novo.

https://claro.com.br

Aumento de casos de Mpox faz Ministério da Saúde reforçar medidas de controle da doença



Foto / Reprodução - Frasco de vacina contra Mpox

O recente avanço dos casos de mpox no Brasil acendeu 1 sinal de alerta nas autoridades sanitárias e levou o Ministério da Saúde a intensificar as ações de vigilância e contenção em todo o território nacional. Em 2026, o país já ultrapassou a marca de 1.170 registros confirmados da doença, com 1 óbito contabilizado no município do Rio de Janeiro em outubro. Embora o cenário atual represente cerca de 90% menos casos do que no pico registrado em 2022, quando houve 10.591 confirmações e 14 mortes, a aceleração das notificações a partir de outubro — concentrada sobretudo em grandes centros urbanos de estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará e no Distrito Federal — exigiu respostas rápidas do governo federal.

Para frear a transmissão e evitar o agravamento dos quadros clínicos, o Ministério da Saúde garantiu a aquisição de 25 mil doses de vacina após negociação internacional com o único fabricante mundial do imunizante, ampliando a oferta inicial de 20 mil unidades. Diante da escassez global do produto, a pasta emitiu 1 nota técnica orientando estados e municípios a adotarem a aplicação intradérmica para grupos específicos, estratégia já utilizada na Europa que permite ampliar em até 5 vezes o rendimento de cada frasco. Além disso, o governo tem enviado lotes emergenciais para regiões críticas, como a remessa de mais 1.000 frascos destinados à capital fluminense, e mantido a rede do Sistema Único de Saúde mobilizada para diagnóstico molecular rápido, monitoramento epidemiológico contínuo com notificação obrigatória em até 24 horas e isolamento dos pacientes.

A imunização segue direcionada de forma escalonada em 2 doses, com intervalo de 28 dias, priorizando pessoas a partir de 18 anos com maior vulnerabilidade, como indivíduos vivendo com HIV ou aids, usuários da profilaxia pré-exposição ao HIV, profissionais de laboratório que manipulam amostras do vírus e pessoas de 18 a 49 anos que tiveram contato direto de risco com casos confirmados.

Para compreender o risco atual, é fundamental saber que a mpox é 1 doença infecciosa zoonótica causada pelo vírus MPXV, pertencente ao gênero Orthopoxvirus. Seus sintomas costumam surgir entre 3 e 16 dias após a exposição, podendo chegar a 21 dias, e incluem erupções ou lesões na pele com líquido claro ou amarelado que evoluem para crostas, além de febre, inchaço nos gânglios linfáticos, dores no corpo, dor de cabeça, calafrios e fraqueza. O contágio acontece principalmente pelo contato direto e próximo com as lesões cutâneas, secreções corporais — como pus, sangue e saliva — ou fluidos respiratórios de 1 pessoa infectada, além do compartilhamento de objetos contaminados, como roupas, toalhas, lençóis e utensílios. A transmissão permanece ativa desde o aparecimento dos primeiros sintomas até a cicatrização completa de todas as feridas e a formação de 1 nova camada de pele, razão pela qual o isolamento domiciliar e a higienização rigorosa das mãos e superfícies são indispensáveis para interromper a cadeia de infecção.

Liberdade de Opinião:

O funil da exclusão: por que apenas 0,91% dos estudantes com deficiência visual chegam ao ensino superior no Brasil



Por Guilherme Kalel

Os dados mais recentes do IBGE revelam um contraste alarmante na educação brasileira: enquanto 92% das crianças e jovens com deficiência visual frequentam os ensinos fundamental e médio, apenas 0,91% daqueles que concluem a educação básica conseguem ingressar em uma universidade. Em um país que soma 7,9 milhões de pessoas com deficiência visual — contingente que cresceu de forma expressiva nos últimos anos —, esse afunilamento drástico denuncia que a inclusão escolar ainda funciona muito mais como presença física em sala de aula do que como garantia real de aprendizado e ascensão acadêmica.

O abismo entre o ensino básico e o superior não é fruto de limitação intelectual, mas sim de uma barreira estrutural construída pela ausência de políticas públicas eficazes e pela negligência institucional. Durante a educação básica, muitos estudantes atravessam os anos escolares sem acesso adequado a materiais em braille, leitores de tela, tecnologias assistivas ou professores capacitados no atendimento educacional especializado. O resultado é uma formação defasada que cobra seu preço na hora dos vestibulares e do Enem, exames que frequentemente falham em oferecer condições plenas de acessibilidade e isonomia, transformando o acesso à universidade em uma corrida de obstáculos desleal.

Quando a barreira do ingresso é vencida, o desafio muda de endereço, mas não de intensidade. Tanto nas instituições públicas quanto nas privadas, a falta de acessibilidade arquitetônica, comunicacional e pedagógica empurra muitos universitários para a evasão. Bibliotecas sem acervos digitais acessíveis, plataformas acadêmicas incompatíveis com softwares leitores de tela, docentes despreparados para adaptar metodologias e a ausência de núcleos de acessibilidade estruturados demonstram que o ensino superior brasileiro ainda projeta seus espaços pensando exclusivamente no aluno sem deficiência.

Para reverter esse cenário de exclusão, é urgente transformar a acessibilidade de favor assistencialista em política de Estado rigorosamente fiscalizada. Isso exige investimento contínuo na formação docente desde a graduação, obrigatoriedade real de materiais didáticos em formatos acessíveis desde o 1º dia de aula, ampliação do financiamento para tecnologias assistivas e fiscalização efetiva dos órgãos reguladores sobre as instituições de ensino superior, condicionando autorizações e avaliações à comprovação de acessibilidade plena. Além disso, políticas de permanência estudantil e assistência financeira precisam considerar os custos adicionais impostos pela falta de infraestrutura urbana e educacional no país.

Enxergar com os olhos é apenas 1 dos caminhos para compreender o mundo, jamais uma condição para produzir conhecimento. Pessoas com deficiência visual total ou com baixa visão têm o direito fundamental — assegurado pela Constituição e pela Lei Brasileira de Inclusão — de aprender, pesquisar, trabalhar e construir carreiras de excelência em qualquer área que escolherem, da saúde à tecnologia, do direito às artes. Enquanto o Brasil mantiver fechadas as portas de suas universidades para 99,09% desses estudantes, o país não estará apenas negando direitos individuais, mas desperdiçando talentos e perpetuando uma desigualdade incompatível com qualquer projeto de nação democrática.

***Guilherme Kalel é Jornalista e Escritor.**
Publisher da Agência Kalelpress e do Jornal RS Connect.
MTB: 89344 / SP.

Novo Ciclo: Jornalista Guilherme Kalel anuncia lançamento de livro de poesias em 29 de dezembro

Obra será a 12ª lançada pelo autor voltada a comercialização

Por Karoline Dantas

O Jornalista Guilherme Kalel, Editor Responsável da Agência Kalelpress e do Jornal RS Connect, lançará no próximo 29 de dezembro, o seu novo livro de poesias.

O livro reunirá 10 títulos inéditos escritos pelo autor, que ainda não foram publicadas em lançamentos anteriores.

As poesias falam sobre amor, vida, e mudanças.

O livro recebe o título Novo Ciclo, e indica a entrada de uma nova era para o Autor, como destacou ao falar sobre o lançamento. A obra será lançada em formatos impresso e digital PDF. As vendas antecipadas do livro serão iniciadas no dia 7 de dezembro e seguem até o dia 18.

O canal de vendas é exclusivo pela Agência Kalelpress, através do e-mail atendimento@kalel.net.br ou pelo Whatsapp (16) 98999-0050. Quem quiser fazer a aquisição de forma antecipada deve ficar atento aos prazos. De 7 a 18 de dezembro o livro digital terá custo de R$ 15,00. Já o livro impresso, tem valor de R$ 35,00.

A obra será lançada em 29 de dezembro e quem comprar durante a prévenda recebe nas primeiras horas do dia de lançamento. Após o lançamento o livro será comercializado apenas em formato digital. Por isso quem quiser comprar o impresso, precisa aproveitar as vendas antecipadas.

Novo Ciclo será o 12º livro de poesias em publicação independente lançado por Guilherme Kalel. Antes deste o Jornalista já publicou:

Doces Encantos - 2016.

Novos Encantos - 2017.

Seleção Essencial - 2018.

Amor Sublime - 2020.

Quando Fala ao Coração - 2020.

Encantos Essenciais - 2021.

70% Amor - 2023.

Amor a 95% - 2023.

Tempo de Amor - 2024.

99% Amor - 2024.

Um Sonho Para Recomeçar - 2025.

Para mostrar ao leitor um pouco do que esperar na nova Obra, Guilherme Kalel divulgou a poesia que dá título ao seu livro.

Confira a seguir na íntegra:

Novo Ciclo

Antes do limiar, eu era pedra bruta, pesada em ângulos tortos e silêncio, com arestas que feriam a própria jornada e um norte vago no meio do nevoeiro. Carregava urgências sem medida, impaciências que confundiam pressa com caminho, e um eco solitário de quem busca sentido sem ainda conhecer a linguagem da calma.

Quando cruzei a soleira e aceitei o guia, não recebi respostas prontas — recebi o prumo, o compasso que mede o passo sem excesso e o convite diário de lapidar o que sou. Não foi um decreto que mudou o mundo lá fora, mas um espelho sereno posto diante de mim, mostrando que cada golpe do cinzel precisa de alma para não quebrar aquilo que tenta moldar.

Desde aquele instante em que tomei assento, o tempo ganhou cadência e propósito: cada falha vira lição de equilíbrio, cada sombra pede um pouco mais de luz. O que antes parecia perda ou tropeço passou a ser matéria de aprendizado, como se a vida me ensinasse a ler nas entrelinhas o valor de cada pausa e de cada recomeço.



Foto / Reprodução - Capa de Novo Ciclo, livro de Guilherme Kalel que será lançado em 29 de dezembro

Aprendi a ouvir no ritmo do esquadro, a construir pontes onde havia abismo, a reconhecer no outro o mesmo esforço de erguer um templo invisível por dentro. Descobri a força quieta da fraternidade, não feita de ruído ou de aplauso fácil, mas do olhar que compreende, do ombro que sustenta e da mão estendida sem esperar retorno.

Há uma disciplina suave nesse caminhar: domar os excessos antes que eles decidam por mim, dar forma à palavra antes que ela fira, cultivar a retidão mesmo quando ninguém olha. Cada manhã traz o seu trabalho humilde, um detalhe a aparar, uma virtude a semear, a consciência de que a obra nunca termina enquanto houver um pouco mais de verdade a alcançar.

Não é vaidade de título ou de insígnia, mas o ofício discreto de ser melhor — deixar a matéria rústica para trás e fazer da própria vida uma obra reta. Pois o que importa de fato não se exibe no peito, mas respira na coerência entre o dizer e o fazer, na firmeza serena diante das tempestades e na paz de quem não precisa ferir para crescer.

Hoje, caminhando sob um céu mais claro, levo comigo a calma de quem sabe que a verdadeira grandeza está no gesto, no silêncio fiel e na busca constante. E se ainda há arestas — e sei que sempre haverá —, sigo com o coração atento e a mente desperta, sabendo que a luz não apaga os passos do caminho, mas ilumina cada pedra que ajudo a assentar.

Reunião histórica prepara o mundo para novos desdobramentos



Foto / Reprodução - Presidentes da China, Rússia e Estados Unidos em reunião trilateral inédita

Por May Ling Parker

A quinta-feira, 19 de novembro de 2026, entrou para os livros de diplomacia como o dia em que os 3 homens mais poderosos do planeta dividiram a mesma mesa pela 1ª vez na história contemporânea. Em Shenzhen, no sul da China, à margem da cúpula da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico, a APEC, os presidentes Xi Jinping, Donald Trump e Vladimir Putin protagonizaram uma reunião trilateral inédita. O palco escolhido foi a histórica Villa Kylin, uma residência estatal acostumada a encontros delicados e sigilosos, onde os 3 líderes conversaram por cerca de 1 hora e 20 minutos. O encontro, que rapidamente despertou comparações inevitáveis com a Conferência de Yalta de 1945, consolidou o papel de Pequim como centro de gravidade da diplomacia mundial, especialmente após o gesto raro de Xi Jinping de ir pessoalmente à pista do aeroporto receber o mandatário norte-americano.

Durante as falas públicas de abertura e nas negociações a portas fechadas, cada líder projetou exatamente a mensagem que desejava enviar ao próprio eleitorado e aos adversários geopolíticos. Anfitrião da cúpula, Xi Jinping assumiu a postura de estadista moderador, defendendo o abandono definitivo da mentalidade de Guerra Fria, o avanço rumo a um mundo livre de armas nucleares e a ampliação da cooperação comercial e tecnológica para garantir a estabilidade global. Donald Trump, por sua vez, adotou um tom pragmático e focado em resultados imediatos, declarando que os 3 países estavam fazendo história e que possuem capacidade única para reduzir os arsenais atômicos, embora tenha admitido que abrir mão dessas ogivas será uma tarefa difícil. O presidente norte-americano também aproveitou o espaço para cobrar o fim da guerra na Ucrânia e a desobstrução do Estreito de Ormuz, afetado pelo conflito com o Irã. Já Vladimir Putin apresentou-se sorridente e em posição de força, sustentando que Moscou, Pequim e Washington possuem interesses convergentes na resolução de crises regionais e destacando a responsabilidade conjunta dos 3 membros permanentes do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas pela segurança internacional.

O resultado imediato da cúpula foi a assinatura de uma declaração conjunta de paz. Embora o documento não traga um cessar-fogo assinado para encerrar imediatamente a guerra na Ucrânia ou conter o programa nuclear do Irã, ele estabelece compromissos concretos para os próximos meses. Na prática, as 3 potências concordaram em reabrir canais diretos de diálogo sobre controle de armas nucleares e redução de riscos estratégicos, além de alinharem esforços na área de segurança energética e alimentar para conter a disparada global nos preços dos combustíveis e fertilizantes.

Outro desdobramento palpável do encontro é o impulso coordenado para uma reforma na ONU e um recado explícito contra instituições supranacionais, materializado nas críticas conjuntas ao Tribunal Penal Internacional e na defesa irrestrita da imunidade diplomática de chefes de Estado.

Para o futuro próximo, o cenário que se desenha após Shenzhen aponta para uma diplomacia mais transacional e menos dependente de fóruns multilaterais tradicionais. O canal direto aberto entre Trump e Putin, agora mediado pelo peso econômico de Xi Jinping, cria a expectativa real de que negociações mais intensas sobre o futuro territorial da Ucrânia ganhem tração nas próximas semanas, permitindo que Washington volte suas atenções para a disputa tecnológica com a Ásia e para a contenção das tensões no Oriente Médio. Ao mesmo tempo, o encontro acende um sinal de alerta em capitais europeias e em países emergentes, que observam com cautela a possibilidade de que as 3 maiores potências militares e nucleares do mundo passem a delimitar suas próprias zonas de influência diretamente entre si, redefinindo o equilíbrio de poder global para a próxima década.

***May Ling Parker é Jornalista de internacional.**
E escreve e analisa fatos do mundo na Revista Kalelpost.

Em meio a disparada do Dólar, Lula prefere o enfrentamento e a queda de braço com o mercado



Foto / Reprodução - Presidente LLula durante promulgação de decreto do fim da escala 6x1

Por Guilherme Kalel

O cenário econômico brasileiro atravessa 1 dos momentos mais tensos deste final de 2026. Com o dólar comercial encostando na barreira simbólica e alarmante de R$ 6,00, fechando na quinta-feira, dia 19 de novembro, a R$ 5,93 — o maior patamar em 19 meses —, o país assiste a 1 embate direto entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os agentes do mercado financeiro. Desde a vitória do petista no 2º turno das eleições presidenciais, em 25 de outubro de 2026, a divisa norte-americana já acumula valorização superior a 17%, impulsionada pela desconfiança generalizada sobre os rumos da política fiscal no 4º mandato presidencial.

Em vez de buscar apaziguar os ânimos dos investidores, o chefe do Executivo optou por dobrar a aposta no discurso político e ampliar a queda de braço. Durante evento oficial em Brasília na mesma quinta-feira, dia 19, Lula minimizou a turbulência cambial, acusou setores do mercado de tentarem ganhar dinheiro com especulação e afirmou que não tem pressa alguma para anunciar os ministros de sua futura equipe econômica, disparando que a pressa é dos investidores e que fará as nomeações no dia em que quiser. O presidente também reiterou que não cortará benefícios sociais em nome do equilíbrio das contas. A reação nos pregões foi imediata, anulando inclusive o efeito de 1 leilão à vista de US$ 1 bilhão promovido pelo Banco Central para tentar conter a sangria do real.

A raiz desse cabo de guerra vai além das declarações inflamadas e reside na percepção de risco fiscal. Mesmo após o Senado aprovar, na quarta-feira, dia 18 de novembro, 1 pacote de ajuste fiscal encaminhado pelo Executivo, analistas e gestores avaliaram as medidas como insuficientes e meramente paliativas para estancar o crescimento da dívida pública. Sem cortes estruturais nas despesas obrigatórias e sem o anúncio de 1 nome de peso para comandar o Ministério da Fazenda a partir de 2027, o capital estrangeiro acelerou a retirada de recursos da bolsa brasileira, buscando proteção na moeda americana.

Os desdobramentos dessa disputa política já ameaçam transbordar dos terminais financeiros para o cotidiano da população. A persistência do dólar próximo ou acima de R$ 6,00 pressiona diretamente os custos de produção, encarece insumos importados e combustíveis, e contamina as expectativas de inflação para 2027. Para conter a carestia e ancorar a moeda, o Banco Central tende a ser forçado a manter a taxa básica de juros em patamares elevados por mais tempo, o que encarece o crédito, freia os investimentos produtivos e reduz o ritmo de crescimento da economia. Ao transformar a condução econômica em 1 palco de enfrentamento retórico, o governo corre o risco de pagar 1 preço alto não apenas na cotação diária do câmbio, mas na perda de poder de compra dos mesmos brasileiros que promete proteger.

Kalelpost

bioland®

Bioland: Precisão que Cuida, Tecnologia que Conecta.

Monitore sua glicemia com a confiança e a inovação dos medidores Bioland. Mais saúde e tranquilidade na palma da sua mão.

Por que escolher Bioland?

Resultados Rápidos e Confiáveis: Tecnologia avançada que entrega sua medição em segundos, com a precisão que seu tratamento exige.

Conforto no Dia a Dia: Lancetadores de alta precisão com menor dor e menor volume de sangue necessário para o teste.

Memória Inteligente: Acompanhe seu histórico de medições com facilidade para um melhor controle junto ao seu médico.

Design Ergonômico e Prático: Aparelhos modernos, leves e fáceis de usar, ideais para te acompanhar onde você estiver.

"Cuidar da sua saúde não precisa ser complicado. Com a linha de medidores Bioland, você tem autonomia, segurança e o melhor custo-benefício para o seu monitoramento diário."

Garanta o seu hoje mesmo!

Visite nosso site em:
https://biolandbrasil.com.br

ou consulte a farmácia mais próxima e conheça a linha completa de medidores e acessórios Bioland.

Expediente

Revista Kalelpost: Informação que te leva a verdade:
Editor Responsável: Jornalista Guilherme Kalel.
O mensageiro da notícia.
MTB: 89344 / SP.
Diagramação: Adriana Rodrigues.
Produção e distribuição: Agência Kalelpress.

Quer saber mais sobre nossa historia e quem somos? Conheça acessando:
https://informeon.com.br/quem-somos

Acesse nossos portais de notícias, leia nossas reportagens e compartilhe nosso trabalho:

https://informeon.com.br

https://informediabetes.com.br

Agência Kalelpress.
Todos os direitos reservados. Proibida reprodução sem autorização.
CNPJ: 60351363000101

atendimento@kalel.net.br

jornalismo@informeon.com.br

https://wa.me/5516989990050